

I Fórum da Plataforma Nacional Turismo

Uma visão para o futuro do turismo em Portugal

Declaração de Aveiro

O I Fórum da Plataforma Nacional de Turismo (PNT) decorreu na cidade de Aveiro no dia 9 de maio de 2024. Participaram, presencialmente, uma centena e meia de associados e conferencistas, tendo da reunião emergido um conjunto de conclusões que resumem e definem o trabalho que o setor do turismo, e a PNT, devem trilhar no futuro. As conclusões que aqui se apresentam decorrem das reflexões e discussões no âmbito das estruturas da PNT, que se encontram em curso há cerca de um ano e meio, e que tiveram o seu momento de reflexão conjunta durante o I Fórum da PNT.

Na presente Declaração de Aveiro, são apresentadas as propostas de medidas de política, preconizadas pela PNT para a evolução do turismo no futuro.

A PNT reconhece que o Turismo tem vindo a crescer de uma forma excecional em Portugal e que assume uma elevada centralidade ao nível da economia e da sociedade. O impacto económico do turismo em termos de PIB, criação de rendimento, emprego, investimento, desenvolvimento, e ativação das economias locais tem sido elevado. Para isso, muito têm contribuído as dinâmicas associadas à inovação e desenvolvimento de produtos turísticos resultantes de um trabalho consistente das empresas, organizações e estruturas de produção de conhecimento. Atualmente o turismo gera uma receita anual de 25.5 mil milhões de euros, o que corresponde, sensivelmente, a sete vezes a receita criada pela AutoEuropa, dez vezes o valor criado pela agricultura e é superior ao financiamento europeu do Plano de Recuperação e Resiliência.

A PNT regista, igualmente, que o turismo passou a ser um elemento presente ao nível das cidades, vilas, aldeias e espaços rurais e naturais. Muitos centros das cidades, nomeadamente centros históricos, passaram a ter uma maior ocupação por pessoas e atividades turísticas. Ainda há poucas décadas o património cultural e monumental sofria de graves deficiências de reabilitação, e muitos dos centros urbanos encontravam-se abandonados, em degradação, e com problemas sociais indesejáveis. O turismo despoletou uma nova economia, que tem vindo a conduzir à reabilitação urbana e ao florescimento de novas atividades económicas, culturais e à preservação do património natural e construído.

Os arquipélagos da Madeira e dos Açores têm igualmente encontrado no turismo uma das suas mais importantes fontes de crescimento, bem como um instrumento para o desenvolvimento das suas economias locais.

Durante a fase da pandemia, e contrariamente ao forte colapso que ocorreu no setor principalmente nas áreas do litoral com maior densidade populacional, **o turismo cresceu de forma excecional nas regiões com baixa densidade populacional, sendo que a sua procura chegou a exceder a capacidade da oferta instalada.** Pelas suas características, o turismo atrai mercados ligados ao lazer, especialmente para espaços afastados dos centros urbanos. Durante a pandemia, o sector cresceu de forma rápida nestas regiões, tendo-se afirmado como uma força notável na ativação das economias locais.

Numa fase em que Portugal necessita de encontrar novas fontes e dinâmicas de crescimento, assinala-se que o turismo tem trazido ao país oportunidades de investimento, emprego e inovação que permitem despoletar formas economicamente sustentadas de desenvolvimento económico e social, contribuindo para a diminuição da dependência do desenvolvimento do país das ajudas externas associadas aos quadros comunitários.

Mas apesar de considerar que o turismo desempenha um papel central no crescimento e desenvolvimento de Portugal, a PNT entende que o setor precisa de encarar o seu crescimento e desenvolvimento através de políticas efetivas ao nível da sua gestão e do planeamento do seu desenvolvimento.

A PNT defende que o turismo possui um potencial incontornável para o crescimento, desenvolvimento, inovação e modernização do país. Mas afirma, de forma inequívoca, que **o turismo precisa de abraçar um novo rumo, sob pena de se delapidar o elevado potencial que encerra,** podendo, pelo contrário, introduzir problemas graves em termos predatórios na economia, ativar conflitos sociais, e depauperar os recursos nacionais. A PNT entende que o crescimento necessita de ser feito com maior ponderação, gestão, planeamento e racionalidade.

A PNT sublinha que a **concorrência mundial tem aumentado** e existe uma cada vez maior oferta de destinos e produtos em todos os países, sendo que Portugal precisa de se preparar para uma crescente concorrência. Contudo, **em muitos locais, esta expansão do turismo tem vindo a ser questionada, pelo facto de, nomeadamente, crescer excessiva e descontroladamente ('overtourism'), causando fenómenos de gentrificação. A estes problemas acresce o facto de certas atividades pagarem salários e terem produtividades mais baixas, e este setor poder desenvolver uma cultura de 'servilismo', bem como acentuar fenómenos de imigração social e economicamente pouco integrados na comunidade e nas atividades turísticas.**

É neste contexto que a PNT entende que Portugal deverá criar, com urgência, uma nova agenda em que estejam presentes os seguintes eixos de intervenção:

1. Estratégia nacional para o turismo

O Turismo precisa de se dotar de uma estratégia nacional efetiva, que seja construída através do trabalho horizontal entre as empresas e organizações e o sistema formativo e científico nacional. A PNT defende que os processos de tomada de decisão se devem apoiar em processos

de elaboração da decisão suportados em visões consensualizadas entre todos os *stakeholders*, e que não sejam produto de planos emergentes a partir de consultorias específicas. A natureza fragmentada, regionalmente diferenciada, com dimensões empresariais variáveis, mas muito apoiadas em microempresas, requer um processo de construção de estratégias diferenciadas das desenvolvidas pelas consultorias tradicionais.

2. Criação de uma política de rede que aposte na associação entre os setores empresarial, organizacional e de produção de conhecimento.

A PNT é uma estrutura única a nível internacional que inclui as organizações nacionais mais importantes do sistema formativo e científico, e as estruturas organizacionais e empresariais do turismo. É consensual entre os Associados da PNT que Portugal precisa de ter uma estrutura que agregue todos os setores, e que os ligue em rede, de forma a otimizar o funcionamento do turismo em Portugal. Esta forma de coordenação horizontal deve ser flexível, gerar sinergias entre os diversos parceiros, e operacionalizar-se aos níveis nacional, regional e local. O futuro do turismo deve ser pensado, estruturado e consensualizado através deste perfil de plataformas que compreendam, de forma representativa, o setor empresarial, organizacional e da produção de conhecimento.

3. Governância

O turismo necessita de um quadro de governância consentâneo com o nível de desenvolvimento e complexidade que possui. As atuais estruturas de governo são insuficientes para dar resposta à dimensão e complexidade dos problemas. Aos níveis regional e local devem emergir estruturas flexíveis, para que se faça uma gestão e um planeamento inteligentes das especificidades de cada local, e se estabeleçam ligações efetivas às microempresas que prevalecem no setor. A nível nacional o turismo necessita de um nível de reconhecimento e de um âmbito de intervenção mais adequado na orgânica governamental. Tendo em consideração o seu impacto na economia e na sociedade, bem como as interfaces que cria com os restantes setores económicos e sociais, o turismo deve ascender a um patamar superior na hierarquia governamental, para se poder aproveitar cabalmente todo o seu potencial.

4. Regionalização e coesão

Apesar do turismo possuir uma dimensão nacional forte no que concerne à atração e ao posicionamento competitivo do país, a gestão e o planeamento do turismo devem ser feitos ao nível regional e local, através de estruturas de gestão e planeamento dos destinos com maior proximidade aos problemas. Existem atualmente ineficiências profundas na gestão e no planeamento do turismo ao nível regional e local. A especificidade da procura pelos territórios deve encontrar correspondência em termos de resposta ao nível regional, pelo que a gestão e o planeamento do setor devem ser robustecidos a estes níveis.

5. Investimento público

Tendo em consideração os recursos públicos disponibilizados, o país deve definir e clarificar quais as prioridades que tem para o investimento público, bem como introduzir políticas efetivas em termos do seu escrutínio. A avaliação das políticas públicas deve pautar-se não só pela eficiência económica, mas tendo igualmente presente os valores fundadores de uma sociedade livre que procura a justiça social.

Torna-se fundamental que se crie um novo quadro que articule o investimento público com o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a promoção da qualidade global do turismo, mas essencialmente da qualidade de vida das pessoas, dos equilíbrios ambientais e da coesão territorial.

6. Educação, formação e investigação

É fundamental que se crie uma política efetiva para a educação, formação e investigação do turismo em Portugal.

Atualmente, existe uma resposta insuficiente e descoordenada entre três ministérios com responsabilidades no turismo (Economia; Educação, Ciência e Inovação; e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), sendo que não existem políticas e estratégias coordenadas entre si. Há falta de trabalhadores no turismo, os quais têm sido supridos através do apoio à imigração. Contudo, simultaneamente, existem problemas de desemprego entre os jovens que se formam em turismo pelo sistema formativo nacional, fazendo com que muitos deles acabem por emigrar.

Acresce que, apesar de há muitos anos vir a ser reivindicada, não existe uma área de investigação para o turismo no âmbito da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito das bolsas e projetos de investigação, o que limita o desenvolvimento de uma política de investigação e inovação nesta área. A investigação e inovação em turismo devem emergir através do potencial instalado nos centros de investigação, em estreita relação com as empresas e organizações.

7. Recursos Humanos

O turismo é uma indústria maioritariamente de trabalho-intensivo, que necessita não só de uma estratégia ajustada às necessidades atuais, como também de um quadro fiscal e contributivo adequado. A nova política para o trabalho em turismo deve tomar em consideração a necessidade de se melhorarem os níveis salariais e a produtividade e de se desenvolverem formas de emprego que se coadunem com o equilíbrio de género, com a questão da imigração e com um contexto de harmonia entre o trabalho e a família. O atual mercado de trabalho do turismo necessita de se ajustar à evolução salarial, contribuir para a promoção da qualidade de vida e para uma sã convivência entre todas as pessoas.

A PNT emergiu como um movimento de cidadania, da vontade livre das organizações do turismo, e possui uma representatividade ímpar, associando as empresas, organizações e o sistema científico nacional. A PNT é uma *associação, constituída por pessoas, associações empresariais, organizações, empresas e instituições de ensino superior, que, ancoradas numa plataforma cívica, sob a forma de um “think tank”, tem por objetivo trabalhar em conjunto com vista ao desenvolvimento, qualificação e valorização do Turismo em Portugal e além fronteiras, e promover a criação de formas de turismo sustentáveis e inclusivas, que contribuam para a promoção da paz, da qualidade e felicidade de vida das pessoas e das comunidades locais* (Artº 1º, ponto 2 dos Estatutos da PNT).

A PNT integra mais de 130 Associados, oriundos das maiores associações nacionais e regionais do turismo, todas as universidades com cursos na área do turismo, diversos institutos politécnicos, um número considerável de académicos e investigadores com significativa produção científica. A PNT inclui representantes de todos os subsectores que integram o turismo, e tem associados em todas as regiões de Portugal continental e insular.

Através desta Declaração de Aveiro, **a PNT pretende, de uma forma cívica, e dotada com uma estrutura, organização e representatividade que são únicas a nível mundial, chamar a atenção para o potencial que o turismo encerra, mas alertar, igualmente, para o facto de Portugal não poder continuar a deixar o setor sem uma estratégia e um rumo claros e consensualizados para o futuro.**

A PNT continuará a desenvolver os seus trabalhos, encontrando-se recetiva a trabalhar com o governo, empresas e organizações tendo por objetivo desenvolver um setor do turismo que gere riqueza, seja inovador e contribua para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, e que não crie tensões disruptivas na economia e na sociedade.

P’los Órgãos da Plataforma Nacional de Turismo

Presidente Direção

Presidente Mesa Assembleia Geral

Presidente Conselho Fiscal

Carlos Costa

João Albino Silva

Pedro Lopes

Professor Catedrático

Professor Emérito

Administrador

Universidade de Aveiro

Universidade do Algarve

Grupo Pestana